

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2016-2017



SUMÁRIO

1 Contexto da Avaliação	3
1.1 Histórico da CPA/UNIPAMPA	3
1.2 Justificativa	6
2. Princípios e Objetivos	7
3. Eixos e dimensões	11
4. Metodologia e cronograma de execução	13
Cronograma	18
Recursos	19
Referências:	19
Anexo A – Nota Técnica 65/2015	20
Anexo B – Instrumentos de Avaliação 2016 – 2017	26



1 Contexto da Avaliação

1.1 Histórico da CPA/UNIPAMPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna das instituições de educação superior, conforme determinação legal do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (BRASIL, 2015).

A CPA da Unipampa iniciou o processo de implantação em outubro de 2009, por ocasião do Seminário de Avaliação Institucional. Em 26 de março de 2010 foi publicada a Portaria nº 697 instituindo a Comissão e designando seus primeiros membros.

A peculiaridade da CPA da Unipampa está em sua forma de constituição, conforme regimento, prevê a organização de Comitês Locais de Avaliação (CLA) e da Comissão Central de Avaliação (CCA). Cada CLA é formado por quatro integrantes das seguintes representações: docente, técnico-administrativo em educação, discente e sociedade civil. Nas reuniões da CCA tomam acento os representantes, da seguinte forma: cinco docentes, cinco técnico-administrativos em educação, três representantes da sociedade civil, um representante da Reitoria, o coordenador de avaliação da Unipampa e os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão, totalizando 23 pessoas na Comissão Central de Avaliação. Considerando toda a composição da CPA são quarenta e quatro pessoas visando, "[...] garantir, a partir do reconhecimento das peculiaridades de cada campus e das três atividades fins da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), a globalidade da Instituição, de forma a garantir a unidade institucional, apesar da diversidade que caracteriza a Instituição multicampi". (PDI 2014-2018, p. 70).



As características da CPA da Unipampa, bem como sua composição e funcionamento, estão definidos no Regimento da CPA, resolução nº 11, de 20 de outubro de 2010.

Nos anos de 2010, 2011 e 2012 houve um intenso trabalho de capacitação dos membros, definição do primeiro projeto de autoavaliação institucional denominado "AvaliAÇÃO", e os primeiros passos para o desenvolvimento do primeiro projeto.

Os relatórios de autoavaliação já desenvolvidos, assim como as ações da CPA, seguiram a seguinte evolução:

2010 – O primeiro relatório de Autoavaliação foi desenvolvido com base nos dados do Planejamento Estratégico dos Campi e da Reitoria (PECR- I), assim como os dados do Relatório de Gestão. Neste ano o projeto de autoavaliação estava em elaboração e, institucionalmente, salienta-se que foi o ano de atuação do Conselho Universitário.

2010/2011 – Elaboração do Projeto de Autoavaliação da CPA, intitulado "Avali*Ação*".

- **2011** Construção do instrumento de autoavaliação para cursos de graduação, como sugestão para promoção da autoavaliação nos cursos de graduação.
- **2012** Relatório de avaliação desenvolvido a partir dos dados de avaliação externa dos processos de reconhecimento dos cursos de graduação;
- 2013 Desenvolvimento da primeira pesquisa de satisfação considerando a ampla participação da comunidade acadêmica nos questionários elaborados pela CPA para avaliar as dimensões Gestão e Extensão. O relatório apresentou os resultados da avaliação Gestão e Extensão e o índice de participação da comunidade foi de 52,78% de técnico-administrativos; 49,73% de docentes e 5,23% do número total de alunos.
- **2014** Elaboração do relatório de autoavaliação com a segunda pesquisa de satisfação para avaliar as dimensões ensino e pesquisa também



com a participação dos segmentos da comunidade. Participaram da dimensão ensino como respondentes professores e alunos e da dimensão pesquisa todas as categorias (professores; alunos e técnico-administrativos em educação).

2015 — Finalização do primeiro projeto de autoavaliação com a terceira pesquisa de satisfação a ser respondida por todas as categorias para as dimensões assistência estudantil e infraestrutura considerando essas as dimensões que faltavam ser avaliadas.

Ao longo de todo este período, pela própria dinâmica de funcionamento da Universidade, constituição do seu corpo discente e técnico e, ainda, constituição de diferentes equipes de gestão, houveram diversas mudanças na constituição dos CLAs e da CCA. As mudanças de constituição podem ser acompanhadas pelas Portarias de Designação dos membros da CPA e pelas atas das reuniões, todas disponibilizadas eletronicamente no site da CPA¹.

Mesmo com a variação de constituição, alguns membros do grupo permanecem desde 2010, deste modo, o grupo de membros que constitui a CPA passou por renovações parciais e graduais.

Salientamos como um dado importante para finalizar este retrospecto o histórico com o número de participação da comunidade acadêmica nas pesquisas desenvolvidas em 2013 e 2014, por dimensão. Em 2013 todos os Docentes, Alunos e Técnicos foram convidados a responder aos questionários de avaliação das dimensões Gestão e Extensão. Em 2014, na dimensão Pesquisa, as três categorias também foram convidadas a responder ao questionário de autoavaliação institucional, já na dimensão Ensino somente os alunos e docentes.

Quadro 1: Participação da comunidade acadêmica nas pesquisas de satisfação

Dimensão	Número total de participantes 2013*	Número total de participantes 2014*
GESTÃO	1227	
EXTENSÃO	1051	

¹ Disponível em: http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cpa/



PESQUISA	2913
ENSINO	1840

Fonte: Relatórios de autoavaliação institucional 2013 e 2014.

Observamos que os passos desenvolvidos no primeiro projeto foram fundamentais para o processo de autoavaliação da Unipampa, espera-se, com este segundo projeto, dar prosseguimento às ações de autoavaliação da Universidade colaborando, assim, para o desenvolvimento das dimensões do SINAES no âmbito desta instituição, com a finalidade de conquistar a participação cada vez maior da comunidade acadêmica nos questionários e instrumentos propostos pela CPA. A construção de uma cultura de autoavaliação é o desafio ainda imposto.

1.2 Justificativa

Em 2015 encerrou-se um primeiro ciclo de autoavaliAÇÃO da Unipampa, este trabalho que já vinha desenvolvendo-se em ciclos apresenta-se também alinhado às orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Anteriormente não havia orientações para o desenvolvimento do processo de autoavaliação em ciclos trienais, portanto o primeiro projeto estendeu-se de 2012 até 2015, com relatório integral a ser postado no sistema e-MEC em 31 de março de 2016.

Em 2015, portanto, houve necessidade de elaboração do segundo projeto de autoavaliação institucional considerando a finalização do primeiro projeto AvaliAÇÃO e a adequação às orientações previstas na Nota Técnica nº 065/2014². Esta Nota Técnica estabelece o período de transição relativo ao ano de 2015, com o primeiro ano de um novo ciclo de autoavaliação. Em nosso

² Nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014. Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, publicada em 09 out. 2014.



caso, o ano de 2015 foi de transição, considerando a finalização do primeiro AvaliAÇÃO e a elaboração do segundo projeto.

Esta adaptação será necessária a fim de adequar o ciclo que estamos vivendo internamente na Unipampa aos períodos futuros de autoavaliação propostos pela Nota Técnica nº 065/2014.

Intenciona-se, com este Projeto de Autoavaliação Institucional, seguir as premissas propostas pelo SINAES de articular avaliação e planejamento institucionais.

O papel da avaliação, como preconiza o próprio SINAES, é ser um instrumento que apoie a instituição no alcance dos objetivos e metas preconizados no PDI, sendo assim, em nossa realidade *multicampi*, permanecem os desafios para que se alcance a cultura de autoavaliação cada vez mais integrada ao planejamento institucional.

2. Princípios e Objetivos

A avaliação institucional objetiva identificar o perfil e o significado de atuação da instituição considerando, para isso, as dez dimensões previstas no SINAES.

A concepção de avaliação envolve-se diretamente com as características da Unipampa presentes em seu perfil institucional, que aponta como valores a "Ética; Liberdade; Respeito à diferença; Solidariedade; Transparência pública; Excelência acadêmica e técnico-científica; e, Democracia" (PDI 2014-2018 p. 14). Tais valores, fundamentais para toda e qualquer ação da instituição, devem fazer-se presente em todos os processos avaliativos, promovendo o diálogo entre as instancias institucionais, pautando as discussões e a tomada de decisão do grupo.

O projeto de avaliação deve ter presente a missão da Unipampa, definida em seu PDI de "promover a educação superior de qualidade, com



vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional". (PDI 2014-2018 p. 13).

Assim este projeto mantém os pressupostos presentes desde a constituição das primeiras ações de autoavaliação, que mencionam que avaliação deve ter como principal compromisso contribuir para a melhoria das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, com vistas ao cumprimento da responsabilidade social da instituição.

As ações assim praticadas concebem o desenvolvimento de um processo contínuo de observar, interpretar e dialogar com a gestão, visando alinhar o que se desenvolve em termos de políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, previstos no PDI, e desenvolver os instrumentos de avaliação a partir deste diálogo. Assim como, comprometer-se com a construção dos relatórios que apresentem os resultados coletados com a participação da comunidade acadêmica.

De acordo com a CONAES a autoavaliação deve ser vista como um processo de autoconhecimento, conduzido pela CPA e envolvendo toda a instituição. "É um processo de indução da qualidade que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos". (CONAES, 2014, p. 2).

A CPA como instância autônoma, necessita trabalhar em conjunto com a comunidade e com as instâncias administrativas, objetivando o desenvolvimento da instituição. Assim sendo, considera-se de fundamental a constituição da CPA Unipampa, regimentalmente prevista, e a concepção do papel da avaliação:

A avaliação pode constituir-se em um importante instrumento de conhecimento da realidade institucional e de organização das potencialidades e das ações pertinentes a levar a instituição educativa a exercer, com mais qualidade e eficácia, as suas funções científicas e sociais. Para isso, é muito importante que haja uma ampla e democrática participação da comunidade universitária e que



os processos avaliativos tenham um forte sentido de integração. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 15-16).

Considerando a importância do trabalho a ser desenvolvido pela CPA, foi desenvolvido o projeto AvaliAÇÃO³ considerando os princípios que devem orientar o processo de autoavaliação na Universidade Federal do Pampa:

Transparência e participação:

A clareza e a especificação dos pressupostos teórico-metodológicos, assim а participação da comunidade acadêmica, como fundamentais para garantir a legitimidade da autoavaliação. Essa participação não se resume ao preenchimento de formulários para a coleta de informações, mas a todo o processo: desde a compreensão do conjunto de balizas que o orientam, dos critérios, indicadores e até a reflexão sobre os resultados apresentados. O sentimento de autoria por parte dos atores é de suma importância para a construção de uma cultura avaliativa. É papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA) conduzir os processos de avaliação internos da instituição, tendo o dever de consultar os diversos segmentos envolvidos com a universidade de forma a estimular e construir o sentimento de autoria nos atores envolvidos.

Globalidade sistêmica:

De acordo com esse princípio, o processo avaliativo não deve ser feito de forma segmentada e compartimentada. As diferentes unidades que estruturam a universidade necessitam de uma análise que, tendo os seus dados particulares como ponto de partida, permita que elas se percebam como uma totalidade maior: como UNIPAMPA. Dessa forma,

³ Os princípios balizadores foram retirados do projeto AvaliAÇÃO, p. 14-15, visando dar continuidade ao processo de autoavaliação pautado pelos mesmos princípios.



a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores que permitam essa visão de globalidade.

 Respeito às especificidades e ao Plano de Desenvolvimento Institucional:

Segundo esse princípio, a avaliação deve considerar as características próprias da instituição, respeitando sua história e suas especificidades. Desse modo, deve-se estar atento ao PDI, pois é ele que explicita os princípios que definem a identidade da Unipampa e as diretrizes e estratégias para o seu desenvolvimento. Com essas referências, a aplicação de modelos prontos de avaliação é descartada, pois violaria essa identidade. No caso da Unipampa, Universidade caracterizada como *multicampi*, a atenção se faz ainda mais criteriosa, pois se devem considerar as realidades locais de cada uma das unidades que a integram.

Avaliação voltada ao planejamento:

A concepção de avaliação adotada pela CPA, com a representação da comunidade acadêmica e da sociedade civil, nega qualquer caráter punitivo da avaliação. O objetivo que preside esse processo é o de refletir sobre a realidade institucional, identificar as potencialidades e fragilidades e, a partir dessa reflexão, efetivar o planejamento visando ações futuras, sempre com vistas à melhoria dos processos e dos resultados institucionais.

Processo contínuo:

A autoavaliação é um processo contínuo e permanente. Por isso, é fundamental a construção de uma cultura da comunidade acadêmica que promova a ação-reflexão-ação sobre as práticas adotadas no dia a



dia da instituição, incorporando elementos da avaliação e do planejamento.

Cientes destes princípios, o Projeto de Autoavaliação tem como objetivos:

- Desenvolver a avaliação institucional possibilitando a retroalimentação constante entre avaliação e planejamento institucionais;
- Promover os processos de autoavaliação pautado nos valores institucionais da "Ética; Liberdade; Respeito à diferença; Solidariedade; Transparência pública; Excelência acadêmica e técnico-científica; e, Democracia";
- Realizar um processo participativo de avaliação institucional que possibilite a compreensão e o autoconhecimento da instituição com suas características em especial a *multicampia*;
- Atender as dimensões de avaliação previstas na Lei 10.861/2004, assim como demais orientações da CONAES promovendo a divulgação qualificada dos resultados obtidos nos processos avaliativos;
- Identificar as potencialidades e dificuldades observadas no decorrer das avaliações, tendo em vista os eixos e objetivos propostos no PDI.
- Difundir a cultura de avaliação institucional na Unipampa.

3. Eixos e dimensões

As dimensões de avaliação deverão considerar os eixos previstos na Lei do SINAES, e expressos de acordo com a Nota Técnica nº 65/2014, além disso, obrigatoriamente observar os eixos e objetivos presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Quadro 2 Relação entre Eixos e as Dimensões do SINAES e PDI Unipampa 2014-2018

Eixo SINAES	Eixo PDI	Dimensões do SINAES
Planejamento e Avaliação Institucional	 Aperfeiçoamento institucional 	Planejamento e Avaliação
Desenvolvimento	 Compromisso Social 	 Missão e Plano de



Institucional	Aperfeiçoamento	Desenvolvimento Institucional Responsabilidade Social da Instituição
Políticas Acadêmicas	Excelência AcadêmicaCompromisso Social	 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Comunicação com a Sociedade Política de Atendimento aos discentes
Políticas de Gestão	Desenvolvimento HumanoCompromisso social	 Políticas de Pessoal Organização e Gestão da Instituição Sustentabilidade Financeira
Infraestrutura Física	 Aperfeiçoamento institucional 	Infraestrutura Física

Fonte: Nota Técnica 65/2014 e PDI Unipampa 2014-2018.

Como pode-se observar, as Dimensões do PDI entrecruzam os eixos e as dimensões do SINAES, e os indicadores e instrumentos de avaliação deverão ser desenhados de modo que possam facilitar o processo de diagnóstico do que foi alcançado em termos de objetivos do PDI.

Quadro 3: Eixo e Objetivos do PDI 2014-2018

Eixo	Objetivos
Excelência acadêmica	 Aperfeiçoar o Ensino de Graduação. Aperfeiçoar o Ensino de Pós-Graduação. Aperfeiçoar as ações de Pesquisa. Aperfeiçoar a Extensão Universitária. Aperfeiçoar as ações de Educação a Distância. Implantar a Editora Universitária e disseminar o conhecimento através dela. Qualificar a participação da Universidade em projetos de Inovação. Promover e desenvolver atividades Integrativas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Apoiar a integração entre cursos e dos cursos com a comunidade. Garantir o atendimento Educacional Especializado (AEE) transversalizado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão. Construir a internacionalização como política institucional perpassando todos os níveis de atuação através da cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais, para ampliação do programa de mobilidade de toda a comunidade



	 acadêmica. Implementação de uma Política Linguística em nível institucional, incluindo o aperfeiçoamento do corpo discente, docente e técnico-administrativo para favorecer a inserção internacional.
Compromisso Social	 Acompanhar o discente. Proporcionar condições para a permanência dos discentes na Universidade. Oferecer condições culturais, esportivas e de lazer. Desenvolver ações de aperfeiçoamento e qualificação de profissionais na área de Acessibilidade
Aperfeiçoamento Institucional	 Adaptar a estrutura organizacional frente aos novos desafios e a estrutura multicampi. Aperfeiçoar os processos de comunicação Interna e Externa. Garantir às pessoas com deficiência condições de acesso e permanência na Universidade. Desenvolver mecanismos que aperfeiçoem a Gestão. Implantar a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas e administrativas. Ofertar serviços e soluções de TIC para a comunidade universitária. Promover a Sustentabilidade Ambiental.
Desenvolvimento Humano	 Acompanhar e apoiar o desempenho dos servidores. Dimensionar as necessidades institucionais de pessoal. Promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos servidores. Aprimorar a gestão de pessoas buscando a qualidade de vida e saúde do servidor.

Fonte: PDI Unipampa 2014-2018, p. 20-21.

4. Metodologia e cronograma de execução

O processo de autoavaliação da Unipampa deverá desenvolver-se em um ciclo mais curto, de dois anos, contemplando 2016 e 2017. A partir de 2017 será necessário rever o projeto e promover, aí sim, um próximo ciclo trienal.

Assim sendo, o primeiro relatório de 2016 deverá ser parcial e o relatório de 2017 deverá ser um relatório integral. Este primeiro ciclo, mais curto, tem a intenção de adequar o desenvolvimento da autoavaliação aos tempos institucionais e às orientações presentes na Nota Técnica 65/2014, que propõe um ciclo de três anos, iniciando em 2016 e finalizando em 2018.



O quadro abaixo aponta a data de postagem dos relatórios de autoavaliação parciais e integral no Sistema e-Mec e a adaptação do ciclo, que deverá ser feita atendendo ao processo de autoavaliação da Unipampa:

Quadro 4: Adaptação do ciclo a ser proposto no projeto de avaliação institucional

Período	Adaptação do ciclo a ser proposto no projeto de avaliação institucional
Até 31/03/2016	 Relatório final de encerramento do 1º ciclo de autoavaliação da Unipampa. Elaboração e aprovação do novo projeto de avaliação institucional
Até	Início do 2º ciclo
31/03/2017	1º relatório parcial
Até	Relatório integral
31/03/2018	Revisão do projeto

Tal adequação faz-se necessária considerando que o projeto AutoavaliAÇÃO foi aprovado pelo Conselho Universitário, desta forma, não é possível simplesmente adequar-se aos prazos da Nota Técnica sem encerrar este primeiro ciclo de autoavaliação, fazendo as correções necessárias para dar início ao segundo ciclo. Além disso, como a Nota Técnica foi publicada em outubro de 2014, não havia tempo hábil para encerrar o 1º ciclo de avaliação em 2014, considerando que ainda deveriam ser avaliadas as dimensões Infraestrutura e Assistência Estudantil do projeto anterior.

Sendo assim, a proposta deste segundo ciclo deverá ser mais curta (2016 e 2017) para adequar-se aos períodos futuros, conforme estabelece a Nota Técnica 65/2014. Sugere-se, também, realizar a cada ano a avaliação de todas as dimensões divididas em dois semestres.

Para que o desenvolvimento do projeto ocorra com êxito apresenta-se as estratégias previstas para o desenvolvimento da avaliação, assim como para desenvolver a meta-avaliação ao final do processo:



Estratégias para avaliação:

- Difusão das ações de autoavaliação;
- Definir dois períodos fixos de avaliação por ano previstos no calendário acadêmico;
- Solicitação de apoio técnico do NTI para desenvolvimento de um sistema de autoavaliação institucional;
- Sensibilização para ampliar a participação no processo de autoavaliação.

Estratégias para a meta-avaliação:

- Identificar fragilidades e potencialidades que poderão qualificar as próximas etapas;
- Refletir sobre a disseminação dos instrumentos avaliativos nos Campi;
- Verificar o alcance das informações.

Indicadores por eixo:

O instrumento está organizado em cinco eixos, contemplando as dez dimensões do Sinaes. Desta forma, tem-se:

- **Eixo 1** Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
- **Eixo 2** Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
- **Eixo 3** Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.



Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes

Eixo SINAES	Dimensões do SINAES	Indicadores
Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e Avaliação	 Adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso ao PDI.
		 Relação entre a auto-avaliação e o planejamento institucional.
		 Processo de auto-avaliação institucional e condições necessárias para uma avaliação efetiva.
		· Acompanhamento do planejamento institucional.
		. Metodologia usada para a realização das ações previstas no planejamento institucional.
		Percentual de conhecimento da comunidade acadêmica em relação ao PDI.
		Percentual de conhecimento da comunidade acadêmica em relação aos PPCs (cursos).
		 Instrumentos utilizados no acompanhamento do planejamento institucional.
		 Percentual de participação no processo de autoavaliação institucional.
		 Ações imediatas como resultado do processo de autoavaliação.
		 Modificações incluídas no planejamento de futuras atividades.
Desenvolvimento Institucional	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	 Existência de atividades Integrativas entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
	Responsabilidad e Social da Instituição	 Participação da Universidade em projetos de Inovação.
		Condições do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
		Oferta de condições culturais, esportivas e de lazer.



		Ações de aperfeiçoamento e qualificação de
		profissionais na área de acessibilidade.
		Processos de comunicação com a comunidade Interna e Externa.
		 Condições de acesso e permanência na Universidade às pessoas com deficiência.
		 Oferta de serviços e soluções de TIC para a comunidade universitária.
		· Promoção da Sustentabilidade Ambiental.
Políticas Acadêmicas	Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Ações para a permanência dos discentes na Universidade.
	Comunicação com a Sociedade Política de Atendimento aos discentes	 Políticas de ensino para a graduação, considerando os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares:
		 Ações para fomento e apoio a pós-graduação, projetos e atividades institucionais.
		 Ações para o fomento e apoio dos programas de pós-graduação stricto sensu acadêmicos (mestrado e doutorado) e profissionais (mestrado profissional):
		 Ações para o fomento e apoio dos programas de pós-graduação lato sensu acadêmicos (Especializações):
		Ações pará o fomento e apoio dos programas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural:
		Ações para o fomento e apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações de extensão:
		 Ações para o fomento de políticas institucionais para inovação científica e tecnológica, e gerenciamento da propriedade intelectual resultante;
		 Ações para fomento de Políticas institucionais visando à transferência da tecnologia criada para a sociedade. (parque científico-tecnológico)
		 Número de bolsa de pesquisa/iniciação científico- tecnológica;
		 Número de auxílio para participação em eventos: Políticas de estímulo às produções acadêmicas e o incentivo a publicações científicas, didáticopedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais;
		 Auxilio aos grupos de pesquisa; Programas de apoio aos estudantes (apoio e acompanhamento pedagógico, programas de



		acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria:
		 Políticas de inserção internacional ao discente promovendo a sua mobilidade.
		 Política e ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação da UNIPAMPA em relação à atuação profissional.
		 Implantação de uma Política Linguística em nível institucional.
		 Aperfeiçoamento das ações de Educação a Distância.
		 Implantação da Editora Universitária e disseminação do conhecimento através dela. Integração entre cursos e dos cursos com a
		comunidade
Políticas de Gestão	Políticas de Pessoal	- Promoção do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores .
	Organização e Gestão da Instituição	Acompanhamento e apoio ao desempenho dos servidores.
	Sustentabilidade Financeira	 Aprimoramento da gestão de pessoas buscando a qualidade de vida e saúde do servidor, considerando o momento de implementação.
		Adaptação da estrutura organizacional frente a realidade multicampi.
Infraestrutura Física	Infraestrutura Física	· Instalações administrativas.
		 Salas de aula: Recursos de Tecnologia de informação e comunicação e Multimídia.
		Auditórios: Recursos de Tecnologia de informação e comunicação e Multimídia.
		 Sala(s) de professores, Sala(s) dos técnicos de laboratório, espaços para atendimento aos alunos, gabinetes/ estações de trabalho para professores em tempo integral – TI.
		 Instalações sanitárias. Biblioteca: infraestrutura física, informatização, plano de atualização do acervo.
		Laboratórios, ambientes, cenários para práticas didáticas, salas de informática, infraestrutura física.
		Espaços de convivência e de alimentação.

Cronograma



O relatório de avaliação será parcial no 1º ano do ciclo e integral no segundo, contemplando, num ciclo completo, todos os eixos de avaliação-

Quadro 5: Cronograma com a definição dos eixos a serem avaliados por ano

Ano	Definição dos Eixos	
Ano 1 – 2016	1,2,3,4,5	
Ano 2 – 2017	1,2,3,4,5	
2018 – inicio de novo ciclo		

Recursos

Apoio técnico para desenvolvimento de sistema de autoavaliação institucional;

Referências:

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm Acesso em 04 set. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC/ INEP/ CONAES/DAES. **Nota Técnica nº 65 de 09 out. 2014**.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In. RISTOFF, Dilvo; Almeida Júnior, Vicente P. **Avaliação Participativa:** perspectivas e desafios. Brasilia: INEP, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Disponível em:

http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf



Anexo A - Nota Técnica 65/2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – DAES

NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES № 065

Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional

1. Objetivos

Constituem-se objetivos desta Nota Técnica:

- **1.1.** Destacar a relevância da autoavaliação das IES para a educação superior;
- **1.2.** Apresentar sugestão de roteiro para a elaboração dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior (IES);
- **1.3.** Definir as especificidades da versão parcial e da versão integral do relatório de autoavaliação;
- **1.4.** Estabelecer prazos para a postagem do relatório no sistema e-MEC;
- **1.5.** Estabelecer critérios para o período de transição.

2. Introdução

A avaliação institucional interna (autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, instituído pela Lei



nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta.

De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do Sinaes, o "planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional" devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Ainda no Art. 3º, § 2º, define-se que "para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa **in loco**".

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

Para colaborar com as IES nesse processo, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES)⁴, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa N^{o.} 40 de 12 de dezembro de 2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Seção II, Art. 13-A, parágrafo único.



Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁵, autarquia do Ministério da Educação (MEC), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) sugere, a seguir, o roteiro para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Tal proposta baseia-se no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria N° 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013.

3. Roteiro para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional

O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, deverá conter cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. Segue detalhamento do que poderá ser abordado em cada uma das partes.

3.1. Introdução

Os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados neste campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral, conforme esta nota técnica.

3.2. Metodologia

Na metodologia deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

3.3. Desenvolvimento

Nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade das instituições.

⁵ BRASIL. Lei Nº. 10.861 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Art. 8º. Publicada no D.O.U de 15 de abril de 2004.



A seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei N° 10.861, que institui o Sinaes.

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Deste modo, será possível estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do relatório de autoavaliação, bem como o processo avaliativo em sua integralidade.

3.4. Análise dos dados e das informações



Os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento deverão ser analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações.

Nesta seção deverá ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

3.5. Ações com base na análise

As ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição.

4. Versões do Relatório

- **4.1. Versão Parcial:** O relatório parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados.
- **4.2. Versão Integral**: O relatório integral deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES.

5. Periodicidade

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de



três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 relatório integral

6. Do Período de Transição

O relatório de autoavaliação referente ao ano de 2014, validado pela CPA, deverá ser apresentado até 31 de março de 2015.

Brasília, 09 de outubro de 2014.

CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI

Diretora de Avaliação da Educação Superior

DAES/INEP

JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA

Presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior CONAES



Anexo B – Instrumentos de Avaliação 2016 – 2017

O instrumento está organizado em cinco eixos, contemplando as dez dimensões do Sinaes. Desta forma, tem-se:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 — Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes



Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional:

	Não sou usuário	Inexistente	Insuficiente	Suficiente	Muito bom/muito bem	Excelente
1. Atuação da Comissão Própria de Avaliação da Unipampa no diagnóstico e encaminhamento dos problemas.						
2. Divulgação, pela Comissão Própria de Avaliação, dos resultados do processo avaliativo para a Comunidade Interna e Externa.						

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional:

	Não sou usuário	Inexistente	Insuficiente	Suficiente	Muito bom/muito bem	Excelente
1. Oferta de cursos que atendam as necessidades sociais de desenvolvimento regional.						



2. Execução de projetos da Universidade voltados ao desenvolvimento social.			
3. Relação entre a Unipampa e os demais setores públicos e privados.			
4. Desenvolvimento de ações que tenham como base a sustentabilidade.			
5. Atividades de preservação da memória cultural, artística e do patrimônio cultural.			
6. Há coerência entre a missão institucional, as metas e objetivos do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) com os resultados alcançados.			

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas:

	Não sou usuário	Inexistente	Insuficiente	Suficiente	Muito bom/muito bem	Excelente
--	--------------------	-------------	--------------	------------	---------------------------	-----------



1	1	•		1
1. Coerência entre a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica com a razão pela qual a instituição foi criada e as diretrizes curriculares do MEC.				
2. Adequação das atividades pedagógicas como promotoras de processos participativos e dialógicos de construção do conhecimento.				
3. Desenvolvimento de ações que promovam interdisciplinaridade, inovações didático-pedagógicas e uso das novas tecnologias no ensino.				
4. Contribuições das pesquisas para o desenvolvimento local/regional.				
5. Estímulo institucional à organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.				



6. Estímulo institucional à formação de grupos de pesquisa.			
7. Atendimento das demandas, principalmente regionais pela política institucional de investigação e difusão das produções científicas.			
8. Estímulo à participação discente em atividades de pesquisa.			
9. Integração entre graduação e pós-graduação.			
10. Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa.			
11. Estímulo à participação dos estudantes nas ações de extensão.			
12. Adequação e efetividade dos mecanismos de comunicação institucional na aproximação com a comunidade interna dos <i>campi</i> .			



13. Adequação e efetividade dos mecanismos de comunicação institucional na aproximação com a comunidade externa.			
14. Atendimento das necessidades dos alunos considerando o valor do(s) auxílio(s)"			
15. Execução do Plano de Permanência: Divulgação do edital.			
16. Execução do Plano de Permanência: Avaliação acadêmica.			
17. Execução do Plano de Permanência: Avaliação socioeconômica.			
18. Clareza dos critérios utilizados para a concessão de benefícios.			
19. Acompanhamento do desenvolvimento acadêmico ao longo do curso em seu Campus (acompanhamento social e pedagógico).			



20. Atendimento do Núcleo de Desenvolvimento			
Educacional (NuDE) às demandas dos			
discentes/docentes.			
21. Ações da Assistência Estudantil e Comunitária			
desenvolvidas para a redução da evasão no			
Campus.			
22. Incentivo à participação em eventos internos,			
externos e à produção discente.			
' '			
23. Abrangência/execução do Programa de Apoio à			
Participação Discente em Eventos (PAPE) (divulgação			
edital, processo solicitação/deferimento/prestação de			
contas)			
24. Política de alimentação subsidiada praticada nos			
restaurantes universitários Talheres do Pampa			
25. Existência de ações de cultura nos Restaurantes			
Universitários: Programa Saberes e Sabores,			
momentos musicais no RU			



26. Incentivo à participação em eventos ou ações culturais, esportivos, e de lazer na Universidade.			
27. Caso seja participante, avalie o incentivo à participação em eventos esportivos externos (Copa Unisinos, Jogos Universitários Gaúchos)			
28. Ações de saúde preventiva que estimulem uma vida mais saudável: Programa Coração de Estudante			
29. Caso seja participante, avalie de forma geral os Jogos Universitários da Unipampa.			

Eixo 4 – Políticas de Gestão:



	Não sou usuário	Inexistente	Insuficiente	Suficiente	Muito bom/muito bem	Excelente
1. Adequação dos Programas de Capacitação dos Servidores.						
2. Relacionamento Interpessoal no Campus.						
3. Papel exercido pelas equipes de gestão da Unipampa, nos <i>Campi</i> , em processos de tomada de decisões.						
4. Funcionamento do Conselho Universitário.						
5. Funcionamento dos Conselhos dos campi.						
6. Participação da Comunidade Externa nos Conselhos dos <i>campi</i> e Consuni.						
7. Funcionamento das Comissões de Cursos.						
8. Recursos disponibilizados atendem ao custeio e aos						



investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão,			
em conformidade com o PDI.			

Eixo 5 – Infraestrutura Física:

	Não sou usuário	Inexistente	Insuficiente	Suficiente	Muito bom/muito bem	Excelente
Suficiência quanto ao número de salas de aula disponíveis no campus:						
2. Adequação de equipamentos audiovisuais para atividades de ensino (em salas de aula):						
3. Adequação da infraestrutura da sala de aula (climatização, cortinas, quadro branco, etc.):						
4. Suficiência do número de laboratórios (ensino, pesquisa e extensão):						



5. Adequação do espaço físico nos laboratórios:			
6. Adequação, conservação e manutenção das instalações sanitárias:			
(Entende-se como conservação e manutenção o funcionamento adequado das torneiras, descargas, secadores, o estado de conservação da louça, entre outros)			
7. Existência de políticas de segurança e patrimonial:			
(Entende-se por segurança patrimonial a atividade cujo objetivo é prevenir e reduzir perdas patrimoniais na organização).			
8. Existência de políticas de segurança do trabalho na utilização dos equipamentos:			
9. Disponibilidade dos equipamentos e recursos de informática:			



(São disponibilizados em quantidade suficiente para as atividades de ensino?)			
10. Adequação do sistema de pesquisa da biblioteca:			
11. Adequação do espaço da biblioteca:			
12. Adequação do acervo (físico e digital):			
13. Adequação dos espaços físicos específicos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida: rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, sala de aula, etc.:			
14. Adequação de equipamentos e mobiliários específicos para pessoas com deficiência no restaurante universitário: (Bebedouro adaptado, cadeiras para obesos, mesa adaptada para cadeirantes)			
15. Condições de uso do Restaurante Universitário:			



(Iluminação, ventilação, capacidade de atendimento)			
16. Condições dos espaços de integração social/convivência:			
17. Condições das salas/setores de atendimento aos alunos:			
18. Condições de urbanização (estacionamento, iluminação externa, cercamento, calçamento):			
19. Adequação do espaço destinado para estudo extraclasse:			
20. Condições das salas de professores:			
21. Condições das salas/setores dos Técnicos Administrativos em Educação:			